

Portaria n.º 1294/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, e tendo em consideração as disposições transitórias salvaguardadas pelo artigo 3.º do referido Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro:

Quadro de oficiais PILAV:

MAJ PILAV RES-QPfe 059481-E, António Pedro Salgueiro Martins, CRMOB.

Conta esta situação desde 26 de Julho de 2006.
Transita para o ARQC desde a mesma data.

26 de Julho de 2006. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo*, MGEN/PILAV.

Repartição de Pessoal Civil**Despacho (extracto) n.º 18 381/2006**

Por despacho de 2 de Agosto de 2006 do director de Pessoal da Força Aérea, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo comandante do Pessoal da Força Aérea, por delegação do CEMFA, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 4 de Julho de 2006, Ângela Maria de Ipola Caldeira Valença, assistente (neurologia) da carreira médica hospitalar, do quadro de pessoal civil da Força Aérea, transita, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 17 de Julho, por força do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, para a categoria de assistente graduado (neurologia) da carreira médica hospitalar, do mesmo quadro, com efeitos reportados a 9 de Maio de 2006.

18 de Agosto de 2006. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, TCOR/TPAA.

Despacho (extracto) n.º 18 382/2006

Por despacho de 27 de Julho de 2006 do director de Pessoal da Força Aérea, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo comandante do Pessoal da Força Aérea, por delegação do CEMFA, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 4 de Julho de 2006, foi nomeada, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista, do quadro de pessoal civil da Força Aérea, a assistente administrativa principal, do mesmo quadro, *Lígia Maria Cavaco Mendonça Gonçalves Cabrita*, com efeitos administrativos reportados a 3 de Julho de 2006, considerando-se exonerada a partir da data de produção de efeitos da aceitação do novo lugar.

18 de Agosto de 2006. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, TCOR/TPAA.

Despacho (extracto) n.º 18 383/2006

Por despacho de 4 de Agosto de 2006 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Maria Fernanda dos Santos Rodrigues*, operadora de lavandaria, do quadro de pessoal civil da Força Aérea, transita para a categoria de assistente administrativo, após cumprido o preceituado no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos administrativos reportados à data do despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

21 de Agosto de 2006. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, tenente-coronel.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Centro de Estudos Judiciários****Despacho (extracto) n.º 18 384/2006**

Por despacho do Ministro da Justiça de 26 de Julho de 2006, à licenciada *Helena Isabel Ribeiro Carmelo Dias Bolieiro*, juíza de

direito, foi renovada a comissão de serviço que vem prestando no Centro de Estudos Judiciários como docente, nos termos do artigo 81.º e do n.º 1 do artigo 83.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, por novo período de três anos, com efeitos a 15 de Setembro de 2006.

28 de Julho de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 18 385/2006

Por despacho do Ministro da Justiça de 31 de Julho de 2006, a licenciada *Maria Filomena Miranda de Almeida Cunha*, procuradora da República, foi nomeada em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções como docente do Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.º 1, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Instituto da Conservação da Natureza****Aviso n.º 9874/2006****Inquérito público — Classificação do cabo Mondego como monumento natural**

O engenheiro *João C. Rosmaninho de Menezes*, presidente do Instituto da Conservação da Natureza, em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, faz saber que, a partir do dia 8 de Setembro, fica patente para inquérito público, nos seguintes locais, bem como no *site* www.icn.pt, a criação do monumento natural do cabo Mondego:

Instituto da Conservação da Natureza, Rua de Santa Marta, 55, 1150-294 Lisboa (telefone: 213507900);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Rua de Bernardim Ribeiro, 80, 3000-069 Coimbra (telefone: 239400198);

Câmara Municipal da Figueira da Foz, Avenida de Saraiva de Carvalho, 3084-501 Figueira da Foz (telefone: 233403329);

Junta de Freguesia de Quaias, Rua da Figueira da Foz, 27, 3080-544 Quaias (telefone: 233910228);

Junta de Freguesia de Buarcos, Rua do Barreiro, 5, 3080-284 Buarcos (telefone: 233432608).

O período do inquérito público decorrerá de 8 de Setembro a 20 de Outubro de 2006, devendo os interessados participar por escrito, através da ficha de participação, nos locais acima referidos ou ainda pelo endereço doaap@icn.pt.

7 de Agosto de 2006. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *João Alves*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 18 386/2006**

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, por ir desempenhar outras funções públicas, o investigador-coordenador *Rui Ribeiro Tainha* do Rosário das funções de chefe do meu Gabinete, que vem exercendo ao abrigo do despacho n.º 9364/2005, de 27 de Abril.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir do dia 31 de Agosto de 2006.

23 de Agosto de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.